

HABEAS CORPUS Nº 502.556 - PR (2019/0095743-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ARIBERT JOAO RANNO
ADVOGADO : ARIBERT JOÃO RANNO - PR008703
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LUIS MARCELO SEER

EMENTA

HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA E PECULATO. EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.

Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Luis Marcelo Seer** – sentenciado pela prática dos delitos de formação de quadrilha e peculato –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná, que indeferiu o pedido liminar em *writ* ali impetrado (Autos n. 0047222-16.2018.8.16.0000/1), mantendo a execução antecipada da pena imposta ao paciente pelo Juízo de Direito da 11ª Vara Criminal da comarca de Curitiba/PR (Autos n. 2011.15395-0).

Alega o impetrante, em síntese, constrangimento ilegal consistente na determinação da execução antecipada da pena imposta.

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem, nos termos do propostos.

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Tal posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Ora, no presente caso, o Relator do prévio *mandamus*, ao avaliar o pedido então apresentado na origem, simplesmente constatou a ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar requerida. Além disso, entendeu que era satisfativa a pretensão. E nisso não há nenhum constrangimento ilegal.

Diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Ante o exposto, inexistindo a excepcionalidade necessária ao abrandamento do enunciado da Súmula 691/STF, com fundamento nos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator